

## O Auxílio Odontológico é concedido de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 63.103, de 28 de dezembro de 2023:

“Institui o auxílio odontológico, nos termos previstos no artigo 114 da Lei nº 17.841, de 19 de agosto de 2022, destinado a subsidiar, total ou parcialmente, as despesas realizadas com a contratação de plano de assistência odontológica por agente público da administração direta e das autarquias e fundações públicas municipais, na forma e condições que especifica.”

### ENTENDA DO AUXÍLIO ODONTOLÓGICO

O Auxílio Odontológico é concedido de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 63.103, de 28 de dezembro de 2023.



ATÉ  
R\$ **30,00**  
mensais

O valor máximo do Auxílio Odontológico a ser concedido é de R\$ 30,00 (trinta reais).

O Auxílio Odontológico é destinado a subsidiar, total ou parcialmente, despesas realizadas com a contratação de plano de assistência odontológica de empresas credenciadas por agente público em atividade, efetivo, admitido ou em comissão, da administração direta e das autarquias e fundações públicas municipais, cuja remuneração bruta mensal não exceda a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).



servidor  
em atividade



até R\$  
**8 mil**



vantagens  
indenizatórias

Não integram a remuneração bruta do servidor público as vantagens indenizatórias previstas na legislação, tais como o auxílio-refeição, o auxílio-transporte e o vale-alimentação, bem como a hora suplementar, o abono de permanência, o acréscimo de 1/3 (um terço) de férias e as verbas eventuais decorrentes ou não de local de trabalho.

Na hipótese de acúmulo lícito de cargos ou funções, será considerada a soma da remuneração bruta de ambos os vínculos funcionais em atividade para fins de concessão de auxílio odontológico.



soma  
de vínculos  
ativos

- A concessão do Auxílio Odontológico não se aplica ao servidor afastado, com ou sem prejuízo dos vencimentos ou subsídios, para outros órgãos públicos.
- Exceto para as autarquias e fundações do Município de São Paulo.

✓ PROCEDIMENTOS:

## SERVIDOR

### PEDIDO INICIAL

- 1) O servidor (a) deve solicitá-lo à **sua chefia imediata do vínculo mais antigo**, entregando cópia do contrato do Plano Odontológico realizado com uma das Empresas Credenciadas e a cópia do RG.

### PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 1) Todos(as) os(as) servidores(as) que tiverem obtido êxito na concessão do Auxílio Odontológico **devem** prestar contas dos pagamentos direto à sua chefia imediata que encaminhará o documento ao Setor de Cadastro.



- A prestação de contas deve ser feita em até 30 dias após completar 12 meses de Auxílio Odontológico;
- Ou em até 30 dias após a **Data Final** do Auxílio Odontológico (em casos de concessões menores de 12 meses).



- A prestação de contas será validada com apresentação de documentos comprobatórios de pagamentos do Plano ou Seguro Odontológico;
- O Documento deve ter a identificação do(a) servidor(a), valores pagos do período em questão e emitidos pela empresa credenciada. Conforme Contrato apresentado na solicitação do Benefício.



- Na hipótese do(a) servidor(a) não prestar contas conforme solicitado, o reembolso do Auxílio Odontológico será temporariamente suspenso até a regularização.
- Se persistir na falta de prestação de contas, o valor correspondente ao período não comprovado será **reembolsado pelo(a) servidor(a)**.



#### IMPORTANTE:

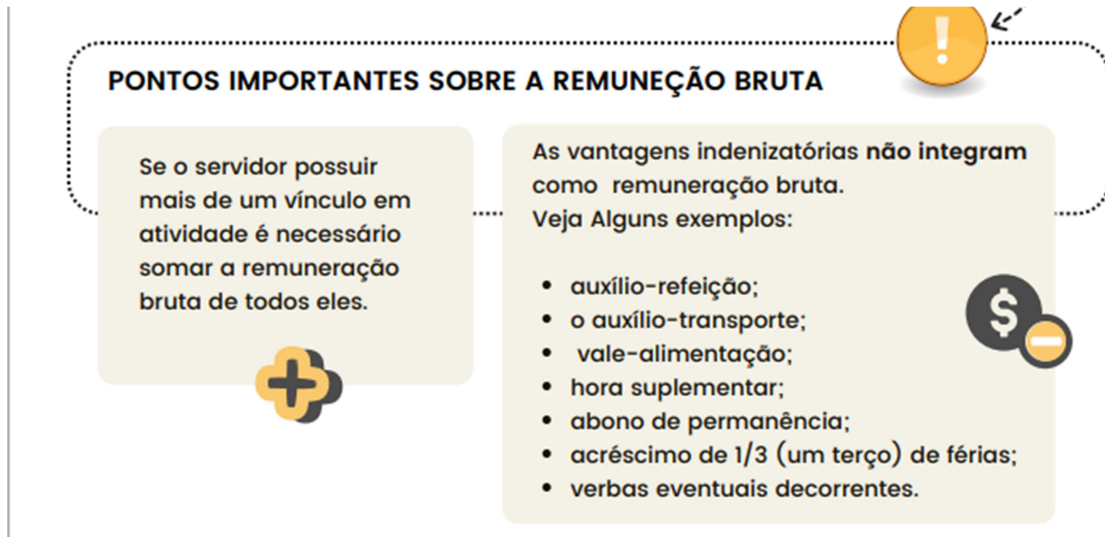
Qualquer irregularidade na obtenção ou uso do Auxílio Odontológico pelo servidor pode resultar em penalidades legais.

...

## CHEFIA IMEDIATA:

- 1) Confirmar se o(a) servidor(a) é destinatário(a) do auxílio odontológico: sua remuneração bruta não poderá exceder a R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

...



- 2) Conferir no Contrato do Plano ou Seguro Odontológico:

- a) A identificação do(a) servidor(a) (nome completo; Documento (RG ou CPF).
- b) Se a empresa é credenciada (as empresas credenciadas estão nos nossos canais:

...



...

- c) Encaminhar ao Setor de Cadastro:

[rhcadastrodemp@sme.prefeitura.sp.gov.br](mailto:rhcadastrodemp@sme.prefeitura.sp.gov.br)

## SETOR DE CADASTRO:

- a) Realizar os procedimentos necessários e encaminhar o Protocolo à Unidade Educacional que o entregará ao servidor.

## LEGISLAÇÃO

- ✓ DECRETO 63.103 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.
- ✓ PORTARIA Nº 17/SEGES/2024
- ✓ EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº1/SEGES/2024